



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FAVELAS CARIOCAS EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS
ESPORTIVOS NA CIDADE

Luiz Antônio de Souza Pereira (UFF) - luizantoniorj@hotmail.com

Geógrafo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e professor assistente do Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO

As Políticas Públicas nas Favelas Cariocas em Tempos de Megaeventos Esportivos na Cidade

Resumo

O artigo é fruto do resultado parcial da pesquisa “As recentes políticas públicas nas favelas cariocas: mais do mesmo? Quais são as possibilidades para a superação dos ‘problemas’ existentes na cidade do Rio de Janeiro”. A pesquisa visa compreender, analisar e sistematizar as recentes ações do Poder Público na cidade do Rio de Janeiro voltadas para as favelas (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Unidades de Policiamento Pacificadoras – UPPs, ameaça de remoções em função dos megaeventos esportivos, construção de muros e de barreiras sonoras e programa Morar Carioca). O que se observa é que a cidade vive um momento em que diversas políticas públicas, algumas complementares e outras contraditórias, são direcionadas para as favelas, envolvendo uma grande articulação e quantidade de recursos dos governos municipal, estadual e federal. No momento em que a cidade se prepara para sediar os dois maiores megaeventos esportivos do planeta (a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos 2016), quais são as possibilidades para a construção de um futuro e uma cidade mais justa para a maior parte da população e não para uma minoria?

Palavras-chave: favela, políticas públicas, Rio de Janeiro

1. As favelas cariocas: considerações iniciais

A favela não é uma realidade presente apenas na cidade do Rio de Janeiro e demais cidades brasileiras. Davis (2006), em seu estudo, chega a cifra de mais de um bilhão de pessoas vivendo em “favelas” pelo mundo, sobretudo nos países semi e periféricos, e esse número, infelizmente, só tende a aumentar nas próximas décadas se drásticas mudanças não forem tomadas.

Na paisagem carioca, a favela está presente há mais de um século. Desde a área central da cidade, onde se iniciou esta forma de ocupação no final do século XIX, passando pelas zonas norte e sul, até alcançar, mais recentemente, a zona oeste, onde o processo de favelização é crescente.

Segundo o recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2000), mais de um milhão de pessoas (1.092.783) vivem em favelas, o que corresponde a quase 20% da população da cidade. Dados mais recentes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, via Instituto Pereira Passos – IPP (2008), registraram a presença de mais de mil favelas na cidade.

No senso comum, a favela e o bairro são vistos como “coisas” distintas. A favela é vista como a não-cidade, enquanto o bairro é a cidade. A favela é a informalidade, a ilegalidade e a desordem, enquanto o bairro é o espaço formal, legal e ordenado. Os coordenadores e pesquisadores do Observatório de Favelas, Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005) afirmam que, freqüentemente, as favelas são definidas a partir de estereótipos: lugar da pobreza, da violência e da ausência (de leis, ordem e cidadania).

O discurso da pobreza e da ausência é adotado tanto pela população local, quanto pelo Poder Público e acaba, em alguns casos, convertendo recursos para favelas dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços (precários – mas existentes) em detrimento de áreas mais precárias, mas em menor evidência como observou Valladares (2005).

No meio acadêmico, as favelas chegam a ser concebidas com certa heterogeneidade (topografia, grau de consolidação, localização, tamanho, etc.), mas esta diversidade raramente é analisada. Apesar de na década de 1940, ou seja, no início das intervenções nas favelas, MOURA (1943) já apresentá-la, mesmo que de forma secundária.

Fato que se repetiu em trabalhos subsequentes e é repassada pela mídia com certa surpresa e estranheza, como na reportagem do Jornal O Globo, de 15/08/2009, com a seguinte manchete: “Favela partida: barracos de pau a pique convivem com construções bem-acabadas”. A referida manchete foi inspirada no título do livro “Cidade Partida”, no qual o

jornalista Zuenir Ventura (1994) irá afirmar que temos “duas cidades” no Rio de Janeiro devido a crescente violência relacionada ao tráfico de drogas e ao descaso do Poder Público com as áreas mais pobres.

No final da década de 1960, Parisse (1969) mostrava a complexidade do olhar sobre a favela e afirmava, ao contrário da visão dominante, que a favela não era problema, mas uma solução para a questão de moradia e transporte das classes menos favorecidas. Uma estratégia para (e pela) sobrevivência dentro de uma ordem econômica, política e social que insiste em excluí-las ou integrá-las precariamente.

Na década seguinte a constatação de Parisse, Santos (1979) teorizou os sistemas urbanos dos países do terceiro mundo através do que denominou “circuito superior e inferior da economia”. Quando analisados em sua totalidade, tais circuitos mostravam-se complementares e não independentes.

Através da análise do mercado imobiliário informal na cidade do Rio de Janeiro e em mais sete capitais brasileiras e seis países latino-americanos, Abramo (2009) constatou que os compradores de imóveis no mercado informal são justamente aqueles que não são absorvidos pelo mercado formal (em sua maioria, possuem precárias relações de trabalho, de garantia de emprego e ganham menos de 3 salários mínimos).

Na década de 1970, Perlman (1977) desmistificava o estereótipo de marginalidade social, cultural, econômica e política da população que vive nas favelas. Marginalidade esta que ganhou nova roupagem no imaginário da população frente à expansão e intensificação do tráfico de drogas na cidade desde a década de 1980.

Seja pela quantidade de favelas (mais de 1.000) e número de habitantes (mais de 1.000.000) ou pela precariedade de direitos e dos efeitos negativos devido às ações do tráfico de drogas e milícias, que extrapolam essas áreas, tendo impactos diretos e indiretos sobre a cidade como um todo, no cotidiano das pessoas e no mercado imobiliário (em ambos os casos com intensidades diferentes), o fato é que nunca existiram tantas políticas públicas destinadas às favelas.

Em que se pese a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016), as atenções e recursos que serão envolvidos poderão aumentar ou reduzir as desigualdades territoriais e socioeconômicas de acordo com as “escolhas” a serem tomadas. Estamos diante de um cenário em que existe a possibilidade para a formação de uma cidade mais justa, em que a população (e não apenas uma minoria) tenha direito a ela de fato e possa participar na tomada das decisões.

2. As recentes políticas públicas nas favelas cariocas

Desde a década de 1940, foram realizadas diversas intervenções nas favelas cariocas. Ora as políticas públicas pretendiam removê-las, ora visavam urbanizá-las (às vezes as duas coisas), dependendo do cenário político, da imagem da favela e dos interesses dominantes na sociedade brasileira.

Como exemplos da via remocionista, podemos destacar:

- a construção dos Parques Proletários (no início da década de 1940);
- o Governo de Carlos Lacerda (na primeira metade dos anos 1960); e
- as ações da Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – CHISAM (no período militar).

Já, com o intuito de urbanizar as favelas, podemos destacar os trabalhos realizados:

- pela Fundação Leão XIII (1947 – 1954);
- pelo Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas – SERFHA (na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960);
- pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO (1968); e
- pelo Programa Favela-Bairro (1994 – 2009).

O Programa Favela-Bairro – principal política pública de intervenção nas favelas cariocas desde o período da redemocratização e da redefinição das funções do governo municipal – há, pelo menos, um ano antes dos Jogos Pan-Americanos (2007), já apresentava sinais de abandono e recebia uma série de críticas.

Em 2009, o prefeito Eduardo Paes assinou o terceiro convênio entre a prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a terceira fase do Programa Favela-Bairro. Porém a terceira fase do programa não saiu do papel e não demorou muito para um “novo” programa ser lançado.

Dentre as diversas políticas públicas direcionadas as favelas cariocas ao longo do tempo, o presente trabalho visa trazer ao debate, mesmo que de forma superficial, as mais recentes, das quais se destacam: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em complexos de favelas (desde 2008), as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs (desde 2008), a ameaça de remoção de favelas em pontos estratégicos em função dos megaeventos

esportivos, a construção de muros para conter o crescimento de algumas favelas (2009) e de barreiras sonoras (2010) e o Programa Morar Carioca (2010).

2.1 O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nas favelas cariocas

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, atualmente na segunda fase (PAC 2), foi lançado em janeiro de 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início do seu segundo mandato.

O PAC contou com um investimento de R\$ 503,9 bilhões, para ampliação de infraestrutura, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. O objetivo do PAC era estimular o desenvolvimento e crescimento econômico do país e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Em 2008, o Governo Federal, em conjunto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do PAC, iniciou a intervenção nos Complexo do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, do Alemão e de Manguinhos, na Rocinha e em 11 comunidades localizadas na Tijuca.

O PAC nas favelas cariocas atua em uma escala de intervenção e de recursos muito superior ao Programa Favela-Bairro, até então a principal política pública de intervenção nas favelas cariocas desde a década de 1990.

A intervenção no Complexo do Alemão, por exemplo, difere das demais até então realizadas nas favelas da cidade em vários aspectos: a área de intervenção (trabalhando o conjunto e não uma parte ou partes), a população atendida (mais de 50.000 pessoas), a complexidade do projeto (envolve uma série de alterações na estrutura da favela e a tecnologia empregada) e os recursos envolvidos (mais de R\$ 1 bilhão) em uma área abandonada pelas indústrias e políticas públicas nas últimas décadas.

Mais do que urbanização, a construção de escolas (como o Colégio Estadual Tim Lopes – previsão de inauguração no ano leito de 2011), posto de saúde (Unidade de Pronto Atendimento – UPA – já em funcionamento) e Vila Olímpica (foi reestruturada e reinaugurada esse ano) passa a disponibilizar uma série de serviços para as comunidades do Complexo do Alemão.

A reestruturação das vias de acesso e ligação interna, em conjunto com a ligação das comunidades a estação de Bonsucesso, via teleférico, possibilitará a integração do complexo ao restante da cidade.

IMAGENS 1 e 2: A INTERVENÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO



FONTE: <http://www.educacao.rj.gov.br> (foto de Cris Torres – 24/06/2010) e <http://blog.planalto.gov.br> (foto de Magda Dias – 21/12/2010), respectivamente.

Na imagem 1 (à esquerda), podemos observar dois dos prédios residenciais construídos pelo PAC para receber os moradores removidos em função da intervenção no Complexo do Alemão. Na mesma imagem é possível vermos também a piscina do Colégio Estadual Tim Lopes, com capacidade para atender 1.800 alunos no ensino médio.

Na imagem 2 (à direita), é possível ver o teleférico (previsão de inauguração em 2011) que integrará as comunidades do Complexo do Alemão a Estação de Trem de Bonsucesso. Estima-se que pelo teleférico circularão cerca de 30 mil pessoas diariamente.

IMAGENS 3 e 4: A INTERVENÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO (continuação)



FONTE: <http://www.procomet.com.br> (04/01/2011) e <http://www2.rio.rj.gov.br> (15/12/2010), respectivamente.

Na imagem 3, podemos observar a UPA e a principal via de acesso às favelas do Complexo do Alemão, a Estrada do Itararé. Já na imagem 4, é possível visualizarmos uma parte da Vila Olímpica Carlos Castilho que foi totalmente reestruturada. O muro, pintado de

branco, não pôde ser removido e substituído por uma cerca em função da insegurança (possíveis trocas de tiros).

2.2 As Unidades de Policiamento Pacificadoras – UPPs

Nomes de favela

O galo já não canta mais no Cantagalo
A água já não corre mais na Cachoeirinha
Menino não pega mais manga na Mangueira
E agora que cidade grande é a Rocinha!

Ninguém faz mais jura de amor no Juramento
Ninguém vai-se embora do Morro do Adeus
Prazer se acabou lá no Morro dos Prazeres
E a vida é um inferno na Cidade de Deus

Não sou do tempo das armas
Por isso ainda prefiro
Ouvir um verso de samba
Do que escutar som de tiro

Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela
Já foi bem melhor de se morar
Mas hoje essa mesma poesia pede ajuda
Ou lá na favela a vida muda
Ou todos os nomes vão mudar

(Paulo Cesar Pinheiro, *Lamento do Samba*, 2003)

Na música em forma de poema, Paulo Cesar Pinheiro, um dos maiores compositores da música popular brasileira, com obras gravadas por inúmeros cantores, denuncia a violência presente nas favelas cariocas.

As principais notícias veiculadas sobre as favelas em dois dos principais jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, O Globo e O Dia, frequentemente relacionam a imagem da favela à violência, em especial, à relacionada ao tráfico de drogas.

A “sensação” de medo e insegurança na cidade favorece práticas de separação e isolamento que são vendidas pela “indústria da segurança” e pelos empreendimentos imobiliários que vendem a cidade (sem a cidade) para moradia, lazer, comércio e serviços. Tratam-se de condomínios e centros comerciais fortemente controlados e vigiados por sistemas

de segurança complexos e modernos, que Caldeira (2000) denominou “enclaves fortificados” e Souza (1996) “auto-segregação”.

Essa “sensação” de medo na e da cidade não é nova e sequer imutável. TUAN (2005) descreve os diferentes e principais tipos de medo vivenciados nas cidades desde a antiguidade até o século XX. Em Fobópolis, Souza (2008) levanta, entre outras questões, as possibilidades de atuação dos movimentos sociais em uma “era do medo” e destaca a militarização da questão urbana tendo como cenário privilegiado a cidade do Rio de Janeiro.

A sensação de medo na cidade do Rio de Janeiro decorre, em grande parte, da violência associada direta ou indiretamente ao tráfico de drogas e às milícias. O Estado desde o final da década de 1980 insiste numa política de segurança de “morte”, investindo sobretudo em armas para combater o tráfico de drogas nas favelas. Os criminosos, por sua vez, também se armam cada vez mais, aumentando o poder de destruição e de perda de vidas.

A “solução” encontrada pelo Estado é levar o policiamento às favelas através das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP com o intuito de “recuperar” os territórios atualmente sob controle do tráfico de drogas.

Até o momento são treze UPPs:

- quatro localizadas na zona sul (Dona Marta, 2008, Babilônia / Chapéu-Mangueira, 2009, Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, 2009, e Tabajaras / Cabritos, 2010);
- duas na zona oeste (Cidade de Deus e Batan, ambas em 2009);
- seis na “grande Tijuca” (Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano e Macacos, respectivamente, todas em 2010); e
- uma na área central da cidade (Providência, 2010).

A previsão é que o número de UPPs aumente até a realização dos megaeventos, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade e próximas dos equipamentos dos jogos e nas principais vias de acesso.

No jornal O Globo, de 15/08/2009, na série de reportagens “Democracia nas favelas”, fala-se dos custos e principalmente dos possíveis benefícios, com destaque para os econômicos, de se levar o policiamento para todas as favelas. Desconsiderando uma série de particularidades, desde a precária remuneração dos policiais até a diversidade da quantidade e intensidade dos conflitos existentes atualmente nas favelas cariocas.

Existe certo consenso de que como estava não poderia continuar. O grau de violência no Rio de Janeiro atingiu um nível insustentável e o Poder Público teve que se fazer presente e elaborar uma política para “reocupar” as áreas sob controle do tráfico de drogas e das milícias.

A principal crítica é que essa medida não pode ser apenas de segurança. Deve ser acompanhada de políticas de urbanização, geração de emprego e renda, saúde, educação, esportes, cultura e lazer. Assim como, é necessária mudança do tratamento policial em relação aos moradores das favelas.

Os investimentos do PAC no Complexo do Alemão viriam, conforme planejado, acompanhados de uma Unidade de Policiamento Pacificadora – UPP. Enquanto esse dia não chegava, uma parcela dos traficantes, da mesma facção criminosa, expulsos de outras favelas pela instalação de UPPs, se abrigava no complexo, uma espécie de quartel general – QG do Comando Vermelho.

Em decorrência da série de atentados que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro no final de novembro de 2010, amplamente divulgados pela mídia, o Complexo do Alemão foi ocupado em uma mega operação que contou com a participação das forças armadas e das polícias federal, militar e civil.

Após a retomada pelo Poder Público do território sob o domínio da principal facção criminosa relacionada ao tráfico de drogas na cidade, o Poder Público anunciou que agora, sem o tráfico de drogas, poderá prestar a população serviços que não oferecia ou oferecia de forma precária.

A mensagem anterior, do Poder Público, também pode ser entendida da seguinte maneira: por causa do tráfico de drogas não podemos atender vocês (moradores de favelas) adequadamente, mas, assim que as UPPs chegarem a sua comunidade, os atenderemos prontamente. O que, em parte, retira a culpa do Poder Público, ou ao menos justifica, a não atuação/atendimento precário em determinadas áreas da cidade e também coloca as UPPs como as “grandes salvadoras” da população favelada (qual é a favela que não quer uma UPP e todos os benefícios que virão após a sua instalação?).

Em relação à imagem da Polícia Militar, o Governo do Estado do Rio de Janeiro sabe que precisa mudá-la perante a sociedade, em especial, em relação aos moradores de favelas. Não por acaso, mulheres são escolhidas para comandar as UPPs. No site UPP Repórter, site oficial das UPPs, são divulgadas diversas imagens mostrando um lado mais solidário, respeitoso e companheiro dos policiais com a comunidade.

IMAGENS 5, 6 e 7: AS UPPs NAS FAVELAS



FONTE: <http://upprj.com> (27/10/2010).

Na Cidade de Deus, local da instalação da segunda UPP, no início de 2009, o tráfico de drogas continua, embora não mais de forma ostensiva. Para solucionar esse problema deverá ser instalada uma segunda UPP na região, ainda no início de 2011.

2.3 Remoção em função dos megaeventos esportivos

A remoção de favelas não está descartada dentro do atual contexto. As justificativas para a defesa da remoção de determinadas favelas devem-se à questão ambiental ou a construção da infra-estrutura e equipamentos para receber os dois maiores megaeventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

Para a construção da Vila Olímpica dos Jogos Pan-Americanos de 2007, em uma área de especulação imobiliária, três favelas foram removidas para uma área distante, segundo entrevista do presidente da Associação de Moradores de Vila Autódromo, Altair Guimarães, ao Observatório de Favelas (16/03/2010).

Na reportagem citada acima, o presidente da associação de moradores também denuncia que o projeto para a localização de algumas instalações dos Jogos Olímpicos de 2016, no caso o Centro de Mídia e o Centro Olímpico de Treinamento, “ignorou” a presença da comunidade em que vivem centenas de pessoas há pelo menos quatro décadas.

No projeto, a área ocupada pela Vila Autódromo aparece como um terreno vazio, lembrando os tempos em que as favelas não eram representadas nos mapas da cidade. O que mostra a complexidade e as contradições das recentes políticas públicas nas favelas cariocas.

IMAGENS 8 e 9: PROTESTO EM FRENTE A PREFEITURA



O prefeito Eduardo Paes, após a manifestação, registrada nas imagens 8 e 9, recebeu uma comissão para discutir a questão e informá-los que a culpa é do seu antecessor, o ex-prefeito Cesar Maia, pois foi na administração passada que foram feitos os projetos referentes à localização dos equipamentos para os Jogos Olímpicos.

2.4 A construção de muros e de barreiras sonoras

Em 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao custo de 40 milhões de reais, iniciou a construção de 11 quilômetros de muros, com 3 metros de altura, em 13 favelas cariocas sob a alegação de que pretende conter o crescimento desordenado nas áreas de proteção ambiental.

Segundo a reportagem da Folha de São Paulo (02/04/2009), utilizando dados do Instituto Pereira Passos – IPP, as favelas cariocas cresceram 6,88% em área, entre 1999 e 2008, sendo que as selecionadas para a construção do muro cresceram apenas 1,18%. No morro Dona Marta, no período assinalado, houve redução (0,99%).

O que mostra que as favelas selecionadas, apenas uma não está na zona sul da cidade, não são as que mais cresceram horizontalmente, uma vez que o crescimento vertical não pode ser contido com a construção de muros e que “outros” interesses que passam bem longe da questão ambiental estão por trás dessa medida.

IMAGENS 10 e 11: MURO PARA CONTER O CRESCIMENTO DAS FAVELAS



FONTE: <http://g1.globo.com> (28/03/2009) e <http://global.org.br> (23/05/2009), respectivamente.

O projeto para a construção dos muros gerou profunda repercussão negativa na mídia nacional e internacional e foi manchete nos principais jornais do país e do mundo. O escritor português José Saramago, por exemplo, comparou esses muros ao Muro de Berlim e o da Palestina e um perito na ONU acusou o governo de iniciar uma “discriminação geográfica”. Ambos criticaram a corrupção e a falta de justiça no país.

No Brasil, uma diretora da SOS Mata Atlântica também rechaçou essa medida como a melhor, sendo mais proveitoso o envolvimento da comunidade na proteção das áreas verdes. O sociólogo Ignácio Cano vê na medida um elemento de segurança, enquanto que o presidente da empresa pública responsável pelas obras nas favelas (Emop) afirmou que não vê problema algum na construção de muros, uma vez que eles existem nas casas, condomínios e linhas ferroviárias.

No Morro Dona Marta, primeira favela a receber a instalação de uma UPP e uma espécie de “laboratório” para as políticas do Governo do Estado, além da construção do muro foram instaladas nove câmeras para o monitoramento da população local.

Outra intervenção bastante polêmica é a construção de barreiras sonoras (com três metros de altura) ao longo de vias expressas, em áreas habitadas (favelas), com o discurso de reduzir o barulho e o incômodo aos moradores.

A Lamsa (Linha Amarela SA), concessionária que administra a Linha Amarela, financia o projeto de R\$20.000.000,00 para a instalação de 7,6 quilômetros de barreiras nas linhas Vermelha e Amarela.

As obras iniciaram-se na Linha Vermelha no início de março de 2010 e já foram concluídas. Existe a possibilidade das barreiras sonoras também serem instaladas na Avenida Brasil.

IMAGENS 12 e 13: BARREIRAS SONORAS NA LINHA VERMELHA



FONTE: <http://fotos.estadao.com.br> (09/03/2010) e foto de Luiz A. Pereira (18/09/2010), respectivamente.

Na imagem 12 podemos observar a construção da barreira sonora na Linha vermelha, enquanto na imagem 13 é possível verificar a existência de parte de uma favela do complexo da Maré da linha vermelha, mesmo após a instalação da barreira sonora. Será que a altura de três metros é suficiente para reduzir, a níveis aceitáveis, o barulho na área registrada na imagem? Ou o objetivo é outro?

Em entrevista ao jornal O Globo (05/03/2010), o coordenador de Vias Especiais do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), coronel Aristeu Leonardo, declarou um outro objetivo das barreiras sonoras: reduzir a violência ao longo das vias expressas nas proximidades de favelas.

No site do jornal O Globo foi realizada uma pesquisa para saber se os leitores aprovavam a construção das polêmicas barreiras acústicas. No total de 856 votos, 85,05% aprovaram a medida. O motivo da aprovação para 70,91% não se deve ao barulho que incomoda as comunidades, mas ao aumento da segurança da via.

IMAGEM 14: PROTESTO PELA INSTALAÇÃO DAS BARREIRAS SONORAS



FONTE: <http://www.vivafavela.com.br> (10/05/2010).

Para os moradores da favela, conforme é possível constatar no protesto através da faixa, na imagem 14, e apenas 6,78% dos leitores, a construção das barreiras acústicas constitui uma forma de segregação.

2.5 O Programa Morar Carioca

A mudança de gestão municipal em 2009 teve reflexos na política pública de intervenção nas favelas. O prefeito Eduardo Paes “aposentou” o Programa Favela-Bairro, uma marca da administração do ex-prefeito Cesar Maia, e inaugurou, no dia 27 de julho de 2010, um “novo” programa, o “Morar Carioca”.

O “modesto” objetivo do Morar Carioca é urbanizar todas as favelas cariocas até 2020. Para isso conta com um investimento de R\$ 8 bilhões, em parceria com os governos estadual e federal.

As diferenças entre o projeto Morar Carioca e o Programa Favela-Bairro merecem mais tempo e um maior estudo e reflexão (Será mais do mesmo?). O edital para a seleção de empresas para elaborarem e executarem os projetos e a terceirização dos serviços são, no mínimo, bastante semelhantes ao do Programa Favela-Bairro.

Cabe registrar ainda o fato de que as favelas que passaram por programas de urbanização ao longo das últimas décadas sofrem com a falta de manutenção. Em relação ao esgoto, por exemplo, a prefeitura suspendeu todos os serviços em abril de 2009 sob a alegação de que as comunidades não pagam impostos, não gerando os recursos necessários para custear a limpeza e a manutenção da rede.

3. Considerações finais

O nível insustentável de sensação de medo da população carioca devido à violência urbana associada (direta ou indiretamente ao tráfico de drogas) e seus graves problemas sociais, materializados nas favelas, por exemplo, são fatores negativos para a imagem da cidade e a competição por recursos.

A preparação para os megaeventos que a cidade abrigará nos próximos anos (Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de 2014, Copa América 2015 e Jogos Olímpicos de 2016) requer uma quantia elevada de investimentos para reestruturá-la e capacitá-la para receber adequadamente todos os eventos.

Dentro desse cenário, observa-se que há muito tempo os governos federal, estadual e municipal não se alinhavam em prol de melhorias para a cidade do Rio de Janeiro, como nos últimos anos.

Em relação às favelas, verifica-se uma grande quantidade de políticas públicas com recursos, complexidade e escala de intervenção superiores às políticas anteriores. Observam-se políticas complementares focadas na urbanização, melhoria de segurança e prestação de serviços, como no Morro Dona Marta e no Complexo do Alemão. Ao mesmo tempo, ocorre a construção de muros (no próprio Morro Dona Marta), barreiras sonoras e a ameaça de remoção da Vila Autódromo em função dos megaeventos, o que releva práticas contraditórias.

O presente estudo procurou sistematizar e apresentar de forma introdutória as principais ações do Poder Público nos últimos anos nas favelas cariocas. Em que se pese o fato das ações serem recentes e a maior parte não estar concluída, mais do que apresentar respostas o trabalho visa possibilitar uma maior compreensão e reflexão sobre essas ações do Poder Público.

O fato é que a forma como estava – de abandono de diversas áreas da cidade, em especial as favelas, e o agravamento dos problemas de segurança – tornou-se insustentável e inviável para as pretensões da cidade. O que fez Paulo Cesar Pinheiro escrever e cantar “ou lá na favela a vida muda, ou todos os nomes vão mudar”.

A questão que se coloca é: continuaremos produzindo uma cidade fragmentada que atende a interesses específicos ou reduziremos as desigualdades existentes? Se a primeira opção realmente se concretizar, as medidas paliativas atuais poderão ter sucesso em curto prazo, até o final dos megaeventos esportivos. Mas o que virá depois? O certo é que o momento atual nos abre possibilidades. Possibilidades para (re)pensar e buscar uma cidade melhor para toda a população, ou pelo menos para a maior parte que hoje se encontra excluída ou integrada precariamente.

4. Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. **Compro uma casa na favela: mercado informal, a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras.** Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR. Florianópolis, 2009.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: Zaluar, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, Nº 39, Cidades: Estratégias Gerenciais, SP: NERU/CNPq/FINEP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Centauro Editora, São Paulo, 3ª ed., 2004 (original 1968).

MOURA, Victor. **As favelas do distrito federal**. Aspectos do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Sauer, 1943.

OLIVEIRA, Márcio. **A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia Favela-Bairro no Rio de Janeiro**. In: Revista GEOgraphia, Ano 7, nº 14, 2006.

PARISSE, Lucian. **Favelas do Rio de Janeiro**. Evolução – Sentido. Caderno do CENPHA. Rio de Janeiro, 1969.

PEREIRA, Luiz Antônio. **Um olhar geográfico sobre a estrutura interna das favelas cariocas**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Luiz Antônio e LOURENÇO, Vasco. **Violência, atuação do poder público e mercado imobiliário nas favelas cariocas.** Anais XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Brasília, 2009.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SILVA, Maria Lais Pereira. **Percursos, significados e permanência das favelas cariocas (1930-1964).** Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (tese de doutorado), Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA e SILVA, Jailson e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela, Alegria e Dor na Cidade.** Rio de Janeiro: [X] Brasil, Fundação Ford e Editora Senac Rio, 2005.

SOUZA, Marcelo. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre, 2000.

VALLA, Victor. **Política para as favelas do Rio de Janeiro: 1940-1985.** In: VALLA (org) *Educação e Favela*, 1986.

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____ **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JORNAIS EM MEIO ELETRÔNICO E SITES

O DIA <http://odia.terra.com.br> – último acesso em: 15/12/2010.

O GLOBO <http://oglobo.globo.com> – último acesso em: 15/12/2010.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS www.observatoriodefavelas.org.br – último acesso em 15/12/2010.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO <http://www.rio.rj.gov.br> – último acesso em 15/12/2010.

UPP REPÓRTER <http://upprj.com/wp> - último acesso em: 15/12/2010.